

**Importante
depoimento
de Luiz Francisco Rebello**

DRAMATURGIA

PORTUGUESA

MARGINALIZADA

Sobe o pano. Mais uma vez. Apesar de todas as vicissitudes por que, ano após ano, o FITEI é acometido, ele aí está, persistente, teatro vivo, cultura a que temos direito. A décima primeira edição do FESTIVAL INTERNACIONAL DE TEATRO DE EXPRESSÃO IBÉRICA prenuncia um certame de elevada qualidade, assim correspondendo ao seu

renome no panorama do teatro contemporâneo. Onde não falta o fortíssimo abraço da América Latina — chegado este ano da Colômbia, da Venezuela e do Brasil. É a «grande feira democrática», como escreve Antunes Filho, onde vêm homens de tantas e tantas comunidades, oferecer e trocar ideias. Todos com o propósito de

«FITEI — a Praça das Praças», escreve o grande encenador brasileiro Antunes Filho na mensagem deste ano ao Festival. «Praça Festiva», «grande feira democrática» onde se cruzam «homens de tantas e tantas comunidades» são outras palavras elogiosas, de grande significado, que este nome grande do teatro contemporâneo enviou para serem lidas, para comemorar a 11.ª edição do Festival Internacional de Teatro de Expressão Ibérica.

Antunes Filho atingiu o alvo, cruzou o pensamento correcto e merecido desta obra ímpar, construída por mãos dos tais homens que oferecem e trocam ideias, e se abastecem de dúvidas: o FITEI.

E o seguinte o texto integral da mensagem ao FITEI 1988, de Antunes Filho:

«O espaço vazio aí está: precário, disponível, mas provocador: há 2 500 anos.

Com fantasia ou realismo (muitas vezes metafórico!) ocuparam-no com as mais variadas visões: míticas, alquímicas, racionalistas, mecanicistas, etc. — hoje, arquétipicas e quadridimensionais?...

E o desafio de sempre.

Ora preenchido no seu pleno nu, ora com penduricalhos de travesti francês, muitas vezes servido com maquinas, outras, com grandes máquinas importadas, suporte para arquitecturas complexas — projectos e mais projectos de estéticas variadas — tudo para ambientar o

Antunes Filho escreve Mensagem deste ano

Não foi por essa vagina que surgiu Prometeu trazendo-nos o fogo roubado?

Homem, servi-lo aqui e acolá, em qualquer tempo, para permitir que ele desembuche seus problemas, suas ideias, sua visão de mundo, sua ética. Cada homem procurando entrelaçar-se a outros homens para objectivos comuns.

No centro da taba o sagrado espaço das assembleias, das deliberações comunitárias, dos rituais, do contacto-altar com os conhecimentos supremos — servis na religião, profanos na magia. Não foi por esse palco-praça, essa vagina, que surgiu Prometeu trazendo-nos o fogo roubado?

Vagina das festas pantagruelscas, paródicas, atrozes, divertidas: quantos velhos reis ali agonizaram, quantos novos homens ali foram paridos?

Palco, centro da taba, centro da comunidade, mandala-

-carácter irradiadora de ideias, de comportamentos renovadores — que não tenhamos mais heróis sem carácter: «Por que os colonizadores e as velhas civilizações fizeram o que te fizeram, Macunaíma? Pobre herói, por que você foi tão frágil, por que não resistiu?»

FITEI — praça das praças. Homens de tantas e tantas comunidades quase sempre vão a essa grande feira democrática. Oferecem, trocam ideias, abastecem-se de dúvidas. Praça festiva. E a maioria prefere entreter-se discutindo o tema de sempre: os caminhos e descaminhos do Homem.» ★

AUTUNES FILHO

Importante e oportuno depoimento de Luís Francisco Rebelo

Em prol da dramaturgia portuguesa

O *Jornal do FITEI*, apesar do seu âmbito específico e periodicidade condicionada, orgulha-se de, ao longo destes anos em que tem sido publicado, trazer a público importantes contributos para a análise, estudo e debate do teatro que se faz em Portugal. O «FESTIVAL» tem mesmo divulgado documentos de grande valor e oportunidade, a maioria deles inéditos e escritos em exclusivo para aqueles que seguem e vivem este fenómeno cultural de primeira água que é o Teatro. Os nomes que têm

António José da Silva, entre-tanto queimado pelo Santo Ofício pela «culpa de não ter culpa». Mas aquele foi ainda outro parêntese: a monarquia, no seu estertor, promuldas Descobertas, que viu germinar e florescer o génio de Gil Vicente, foi um daqueles parênteses de criatividade de a que acima me referi; mas

e o teatro voltou a respirar, é certo. A voz dos nossos dramaturgos tornou a fazer-se ouvir. Nunca, como nos dois ou três anos imediatamente a seguir à restauração democrática, se representaram no País, em todo o País (e não apenas nos grandes centros), tantas peças de autores portugueses. Mas, a partir de



colaboração com o estado acima de qualquer suspeita, como é o caso do Dr. Luís Francisco Rebello. E dele o depoimento que a seguir publicamos.

No ano que precedeu a queda do fascismo, nenhuma peça de autor português se estreou. Quinze anos depois, a dramaturgia portuguesa, salvo raras exceções, continua a ser marginalizada. É um fenómeno inquietante e que merece reflexão.

Será que a censura, principal responsável pelo estado de coisas anterior a 25 de Abril, apesar de oficialmente extinta, ainda subsiste?

A censura, diz-se — dizem sobretudo os nostálgicos dela —, tem as costas largas. Terá; mas a verdade é que em 485 anos, quantos decorreram até, hoje desde a irrupção de Gil Vicente metamorfoseado em vaqueiro nos Paços reais, mais de dois terços (aproximadamente 355) a ela estiveram sujeitos e mesmo nos restantes 130, com excepção de curtos e transitórios parênteses, melhor ou pior disfarçada, com maior ou menor violência, a censura nunca deixou de existir e condicionar, das mais diversas maneiras, a actividade teatral.

É certo, e absurdo seria negá-lo, que a liberdade só por si não confere talento a ninguém, como aliás a censura o não retira. Mas as possibilidades de o talento se afirmar e desenvolver, é a liberdade que as cria e a censura que as anula. E isto de modo particularmente sensível no que diz respeito ao teatro, arte por excelência colectiva, desde a sua essência ao seu destino, e como tal inextricavelmente ligada às condições sociais, económicas e políticas do momento histórico em que se produz.

Mais forte do que a tradição de uma literatura dramática autóctone é, entre nós, a tradição de uma censura que a reprime. Ela é contemporá-

nea das primeiras manifestações teatrais de que há notícia, sistematicamente atingidas pelas proibições eclesiásticas. A época áurea Almeida Garrett, beneficiasse de uma conjuntura sócio-política favorável para tentar fazer renascer das cinzas o teatro português — cinzas que eram também as de

do autor das *Barcas* coincide com o estabelecimento da Inquisição no nosso país. Três séculos houve que esperar até que outro dramaturgo, gou várias leis repressivas da liberdade de expressão, leis que no entanto nos parecem quase inocentes e até ingenuas face àquelas que durante meio século, entre 1926 e 1974, limitaram e tentaram castrar a actividade teatral entre nós.

Recuperou-se a liberdade,

começou a sorrir uma inversão. E hoje, como antes de Abril, o palco voltou a fechar-se aos dramaturgos nacionais.

Como formar uma tradição dramática?

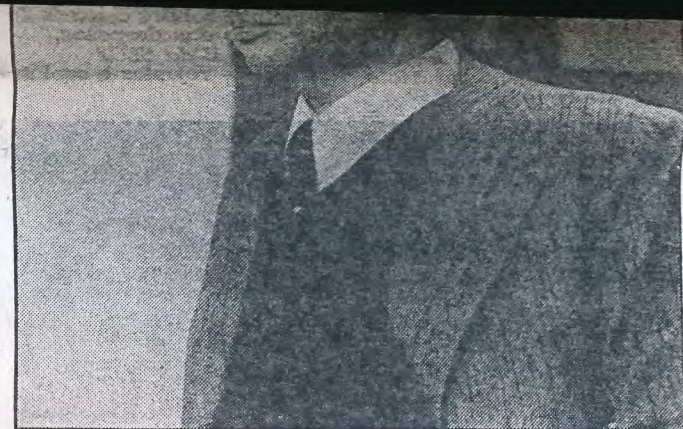
Como é que, nestas condições, pode formar-se uma tradição dramática, coisa que não se improvisa e que não só pressupõe mas exige uma continuidade que nos não é consentida?

Vivemos hoje em liberdade. Na Constituição da República está inscrita, em termos categóricos, a proibição de toda e qualquer forma ou tipo de censura. E não há — que se saiba! — nenhuma repartição ou departamento de Estado com a incumbência de catar os textos e procurar descobrir neles qualquer suspeita ou fermento de heresia ou subversão para lhes vedar o acesso às tábuas do palco.

Mas a censura burocrática e administrativa não é a única forma de censura. Há outros modos mais subtis, mais sofisticados, mais tecnocráticos até, de atingir os mesmos resultados. Através da concessão ou do corte de subsídios, por exemplo, que atinge determinadas companhias e não outras — e porquê essas e não as outras? É o desprezo a que são votados os autores nacionais não será ainda uma forma oblíqua de censura?

A verdade, a dura e triste verdade, é que no sector mais marginalizado da cultura portuguesa, os dramaturgos ocupam o lugar mais à margem.

Assim, não pode deixar de impressionar-nos o facto de o Teatro Nacional, concebido por Garrett para que nele «decentemente se pudessem representar os dramas nacionais», nos 10 anos decorridos desde a sua reabertura, ter levado à cena, na sala princi-



Dr. Luís Francisco Rebello: a censura existe.

pal, duas peças apenas de autores portugueses vivos — e dessas duas, uma havia sido escrita e publicada há 15 anos...

Uma questão de independência nacional

Não pode deixar de impressionar-nos que uma das mais prestigiosas companhias nacionais, em 15 anos de actividade, tenha montado um único espectáculo de autoria portuguesa, aliás baseado em textos do século XVIII...

Não pode deixar de impressionar-nos que a primeira unidade da descentralização teatral subsequente a 25 de Abril, criada em 1975, embora atenta aos nossos clássicos quinhentistas (Gil Vicente, Camões, Sá de Miranda), apenas uma vez, tenha levado à cena um texto de um autor português contemporâneo, aliás publicado há 20 anos...

Não pode deixar de impressionar-nos que três das companhias mais maltratadas pela Secretaria de Estado da Cultura — a Seiva-Trupe, Casa da Comédia e o Teatro de Campolide — sejam, precisamente, as que melhor

atenção e mais espaço dedicam aos autores nacionais...

Não pode deixar de impressionar-nos que a inclusão de novos originais de autores portugueses no repertório das companhias concorrentes aos subsídios da SEC sejam em alguns anos mera condição de preferência e noutros nem isso — porque os regulamentos da respectiva atribuição variam como o estado do tempo, à mercê dos anticiclones que perpetuamente ameaçam o nosso teatro...

Não pode deixar de impressionar-nos que no pseudo-Conselho de Teatro não tenha assento o organismo representativo dos autores (como aliás também não dos actores, dos encenadores, dos técnicos ou dos críticos, isto é, aqueles que fazem o teatro e sem os quais o teatro não se faz)...

Se, como dizia Garrett à século e meio, a questão do teatro «é uma questão de independência nacional», é absolutamente necessário que os dramaturgos portugueses se unam para impor a sua presença nos palcos do seu país, pois o que está em causa é a própria identidade nacional. ★



«A Castro», de António Ferreira, uma peça de autor português trazida há três anos ao FITEI pela COMUNA